

Dívida terá redução de US\$ 15,7 bi

O ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, informou ontem que o Brasil deverá conseguir um desconto de 37% (US\$ 15,7 bilhões) na dívida de US\$ 42,5 bilhões que vem sendo renegociada desde a semana passada com credores privados estrangeiros, em Nova Iorque. Com isso, a dívida externa brasileira cairá de US\$ 118,4 bilhões pra US\$ 102,7 bilhões. Na renegociação, o Brasil propôs aos banqueiros cinco alternativas para transformar a dívida em bônus de longo prazo, incluindo redução do pagamento dos juros nos primeiros anos.

Em outra entrevista, o diretor da Área Externa do Banco Central, Armínio Fraga, garantiu que "o acordo que o Brasil está fechando com os banqueiros estrangeiros privados é autofinanciável", ou seja, o Brasil só pagará se receber novos empréstimos do exterior, seja de banqueiros, de organismos como o Banco Mundial ou governos de países ricos. O memorando técnico de entendimentos que acompanha a carta entregue ao FMI estabelece em US\$ 8 bilhões o limite de novos endividamentos do setor público brasileiro no exterior, em 1992. Hoje, a dívida pública com o exterior soma US\$ 92 bilhões. O documento não cita, no entanto, quanto o Brasil pretende pagar ao exterior em 1992, porque ainda vem renegociando a dívida com os credores privados.

O memorando informa que o Brasil tem hoje uma dívida vencida e não paga a credores estrangeiros que se aproxima de US\$ 16,7 bilhões. A idéia é renegociar essa dívida e pagá-la a longo prazo. O documento revela ainda que o balanço de pagamentos do País (entradas e saídas de moedas fortes) terá este ano um déficit de aproximadamente US\$ 6 bilhões, que será transformado em superávit não inferior a US\$ 7,3 bilhões no ano

que vem, graças à renegociação da dívida externa, à entrada de US\$ 2,08 bilhões do FMI e financiamentos de organismos multilaterais. Essa conta com o exterior terá ainda saldo positivo para o Brasil por causa do superávit de comércio, que deve bater em US\$ 12 bilhões. Pelos acordos com o FMI, as exportações de 1992 vão aumentar 8% nominais (descontada a inflação do dólar) e as importações 7%.

Mas o balanço de pagamentos mostra uma surpresa: ele voltará a ser deficitário no ano seguinte (1993), com um teto de US\$ 300 milhões. Esse déficit voltará às contas externas porque em 1993 o Brasil já estará pagando sua dívida externa, depois das renegociações com banqueiros privados e com o Clube de Paris. O diretor Armínio Fraga informou que, enquanto não terminar a renegociação com os banqueiros privados, o Brasil continuará pagando apenas 30% dos juros que estão vencendo, conforme decisão unilateral do Governo brasileiro tomada em janeiro último. Já as reservas internacionais vão subir cerca de US\$ 2 bilhões no ano que vem, podendo chegar a US\$ 9 bilhões. Para este ano, o governo espera chegar ao dia 31 de dezembro com reservas líquidas de US\$ 7,37 bilhões.

Ao explicar ontem o memorando técnico, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Pedro Bodin, confirmou que a inflação embutida nas metas negociadas com o FMI "ficará entre 12% e 15% em junho" do ano que vem. Uma tabela usada pelo Banco Central, não divulgada, prevê uma inflação de 26% em janeiro, caindo três pontos percentuais a cada mês, chegando a 14% em maio. A partir daí, a inflação cairá dois pontos percentuais por mês, baixando em novembro para 20% ao mês. O crédito interno líquido, definido como todo

papel-moeda na economia menos as reservas internacionais líquidas, será apertado nos primeiros seis meses do ano que vem. Para se ter uma idéia, ele crescerá apenas 3,7% entre março e junho. As metas rígidas acertadas com o FMI valem só até 30 de junho, havendo nova negociação no segundo semestre.

Bodin fez questão de frisar que esse crédito interno líquido será fortemente influenciado pelas reservas internacionais brasileiras. Ou seja, se as reservas aumentarem, o crédito será menos apertado no primeiro semestre de 1992. Por causa da queda inflacionária prevista, o Banco Central estima que terá de permitir um aumento de pelo menos 50% no papel-moeda em circulação no primeiro trimestre de 92. Comparando-se com uma inflação estimada em 86% nos primeiros três meses do ano que vem, fica claro que o dinheiro continuará escasso. O secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, explicou que o governo só terá condições de reduzir o aperto monetário (oferta de dinheiro) no dia em que conseguir melhorar sua arrecadação de impostos. Para ele, isso será possível com a reforma tributária de emergência em votação pelo Congresso, que renderá ao Tesouro cerca de US\$ 12 bilhões no ano que vem.

Pelas contas que os técnicos do FMI aprovaram, segundo o diretor da Área Externa do Banco Central, o Brasil não precisará de qualquer nova mididesvalorização cambial em 92. Disse ainda que o dólar turismo e que o baixo ágio verificado nos últimos dias entre o câmbio comercial e o black é uma prova de que há confiança na política econômica do País, inclusive a crença de que a dívida externa com bancos privados será renegociada sem maiores problemas.